

seus efeitos legais

~~1925~~

Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia vinte e três de maio do ano de mil, novecentos e vinte e seis.

As dezesseis horas do dia vinte e três de maio, do ano de mil, novecentos e vinte e seis, sob a Presidência do Sr. João Silva da Rocha e com a ocupação da Primeira Secretária "ad hoc" pelo Sr. Waldemar Maurício de Aquino Neto, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além desses suspenderam a chamada regimental os seguintes Senhores: Eduardo Corrêa Kitz e Olegário Schmidt. Não havendo número regimental o Senhor Presidente suspendeu a sessão por quinze minutos. Reabertos os trabalhos, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Sr. Luiz Antônio de Melo Cotias que fizesse a chamada regimental, sendo constatada a presença dos seguintes Senhores: João Silva da Rocha,

Adailton Pinto de Andrade, Aires Bessa de  
Liquiedo, Alfredo Luiz da Rocha Barreto,  
Antônio Carlos Pereira da Cunha, Antônio  
Carlos de Carvalho Sindade, Carlos Roberto  
Nogueira dos Santos, Dilzi Pereira da Silva,  
Eduardo Correia Kita, Ivan Luiz de Fran-  
co, Heleguim Schmidt, Luiz Antônio de  
Filo Coutas, Marcos da Rocha Mendes, Os-  
tando da Silva Pereira, Osmar Sampaio  
da Silva, Silas Rodrigues Bento e Waldi-  
r Maurício de Aquino Neto. flauendo n.º  
no regimental, o Senhor Presidente decla-  
rou aberta a presente Sessão. A seguir,  
foi lida e aprovada a Ata da Sessão  
na Sétima Sessão Ordinária do Primei-  
ro Período Legislativo da Câmara Muni-  
cipal de Cabo Frio. Após o cumprimento do  
rito regimental, o Senhor Presidente soli-  
citou ao Senhor Primeiro Secretário que  
procedesse a leitura do Expediente e da  
Ordem do Dia registrados na pauta e  
apareados no portal da Câmara. Termi-  
nada a leitura da Pauta e não havin-  
do oradores inscritos para o uso da Su-  
buna, o Senhor Presidente conduziu os  
trabalhos ao segmento dedicado a Or-  
dem do Dia. Nesta etapa foram apresen-  
tadas as seguintes matérias: Encaminhado  
à Comissão de Constituição e Justiça o Pro-  
jeto de Lei nº 020/96, oriundo da Mensagem  
Executiva nº 019/96, que dispõe sobre aliena-  
ção de área do patrimônio municipal lo-  
calizada à Rua Cecília, 12, São Cristóvão,  
em nome de Marcelo de Abreu Soares, Enca-



minhado à Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de lei nº 021/96, oriundo da Mensagem Executiva nº 020/96, que dispõe sobre alienação de área do patrimônio municipal localizada à Travessa Elísio Antunes, 75, Jardim Caiçara, em nome de Milton Sampaio Simões; Encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de lei nº 022/96, oriundo da Mensagem Executiva nº 021/96, que dispõe sobre alienação de área do patrimônio municipal localizada à Rua Duque de Caxias, 446, São Cristóvão, em nome de Antônio Augusto; Encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de lei nº 023/96, oriundo da Mensagem Executiva nº 022/96, que dispõe sobre alienação de área do patrimônio municipal localizada à Rua Franca, 510, Jardim Caiçara, em nome de Maria Oliveira de Freitas; Encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de lei nº 024/96 oriundo da Mensagem Executiva nº 023/96, que dispõe sobre alienação de área do patrimônio municipal, localizada à Rua Di. Carlos Antônio, 06, São Cristóvão, em nome de Sebastião Richard de Souza; Encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Resolução nº 007/96, oriundo da Mensagem da Mesa Executiva, que estabelece a taxa de oitenta reais para as ligações efetuadas de cada ramal constante do complexo do sistema de telefonia da Câmara; Encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de lei nº 016/96, de autoria do

Senador Marcos da Rocha Mendes, que denomina "Sésago" a rua com início na Avenida Principal do loteamento Monte Alegre que interliga os bairros Soto do Carro e Jardim Esperança; Encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei nº 013/96, de autoria do Senador Marcos da Rocha Mendes, que denomina "Néacir dos Santos Pereira", a rua com início na Avenida Principal do loteamento Monte Alegre que interliga os bairros Soto do Carro e Jardim Esperança e término na rua sem denominação, localizada na área 1 do bairro Jardim Esperança; Aprovado o requerimento nº 030/96 de autoria do Senador Luiz Antonio de Melo Cotias, que solicita ao Gerente Distrital da Cery a extensão da rede elétrica na Rua "B", bairro Jardim Esperança; Aprovada a Indicação nº 074/96, de autoria do Senador Carlos Roberto Nogueira dos Santos, que solicita ao Exm.º Sr. Prefeito Municipal a colocação de placas indicativas de acesso para portadores de deficiência física nas rampas de acesso Soto Rocha; Aprovada a Indicação nº 071/96 de autoria do Senador Silas Rodrigues Bento, que solicita ao Exm.º Sr. Prefeito Municipal urgência urgentíssima na obra de recuperação da caixa de passagem de águas pluviais, na Rua Sete (7), Bairro Manuel Correia; Aprovado o Projeto de Lei nº 009/96 de autoria do Senador Marcos da Rocha Mendes, que denomina Jean Guilloume a atual Rua Sudoeste localizada entre



as suas Austrália e N.S. Aparecida, Ban-  
 co Parque Central, 1º Distrito de Cabanos,  
 Aprovado o Projeto de Lei nº 012/96 de au-  
 toria do Senador Dirlei Pereira da Silva,  
 que veda o uso de cigarro em reparti-  
 ções públicas, bancos, escolas, hospitais, ô-  
 nibus, etc., no Município de Cabanos e  
 dá outras providências. Não havendo mais  
 matérias para serem apreciadas neste seg-  
 unto, o Senhor Presidente franqueou a  
 tribuna para Explicação Pessoal. Depois a  
 tribuna em Explicação Pessoal o Senador  
Alfredo Luiz da Rocha Barreto, do P, tendo  
 críticas a inexistência de política salarial  
 para o funcionalismo, o que levaria o Se-  
 nhor Prefeito a baixar decreto estabelecendo  
 abonos parcelados e em tabelas diferen-  
 ciadas para o servidor municipal. Disse que  
 no seu entendimento, faltava empenho de  
 Executivo na medida em que não valunza-  
 va o servidor e jamais será levado a efe-  
 to o necessário pareamento do quadro de  
 pessoal da Prefeitura. Falou a seguir ter  
 constatado que três pequenas escolas do  
 Município, a Pedro Totta, Angelim e Alita  
 do Vale estavam sem professores em algu-  
 mas turmas, e que na área de saúde a si-  
 tuação era bem pior, principalmente nos  
 postos do interior, com os casos negativos  
 se sucedendo. Disse que enquanto o Pre-  
 feto criava inúmeros cargos de chefia e  
 assessoramento, faltavam professores e mé-  
 dicos no Município falou da entrevista da  
 Secretária Municipal de Educação, quando

afirmava que os salários pagos pela Prefeitura eram maiores do que o do Estado, disse o orador que o Estado nada pagava e assim a comparação era prejudicial, não sendo possível que fosse exemplo para justificar salários a entrevista da Secretaria de Educação. Falou da situação dos guardas municipais concursados, e, segundo a Secretaria de Educação, digo, de Administração eram detentores de empregos e não de cargos públicos, como origem do concurso, e assim, não tinham estabilidade. Disse o orador que a administração estava conseguindo um equilíbrio, pois o concurso público legitimava a investidura no cargo, e assim encerra sua fala. Não houve mais oradores inscritos para o uso da tribuna em explicação pessoal, o Senhor Presidente encerrou a reunião. E para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a apreciação plenária, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.

Ata da Sessõesima No.  
na Sessão Ordinária  
do Primeiro Período  
Legislativo da Câmara  
Municipal de Pa